

Imagem no Brasil

Soyamara Vieira Emilião

*É mais fácil fazer da tolice um regalo do que da
sensatez.
Tudo que não invento é falso.
Há muitas maneiras sérias de não dizer nada,
mas só a poesia é verdadeira.
Tem mais presença em mim o que me falta.
Melhor jeito que achei pra me conhecer foi fazendo
o contrário.
Sou muito preparado de conflitos.
Manoel de Barros, (1996)*

Uma escola

Atravessando um momento histórico-político de ataque à democracia, reafirmar os espaços onde o exercício efetivo de cotidianos antiautoritários parece-me uma possibilidade, já que sou preparada para conflitos. E por isso este artigo vai contar uma história, de uma escola pública de educação básica, pequena, desimportante para alguns, encravada em uma comunidade tranquila, de uma região periférica da estado do Rio de Janeiro e que, há seis anos, vem construindo um projeto de uma escola mais solidária e dialógica. Para isso, segundo seu Projeto Político Pedagógico, o PPP, as professoras, os funcionários, estudantes, responsáveis e a comunidade do entorno são identificados como praticantes, aqueles que, segundo o filósofo francês Michel de Certeau , criam “maneiras de fazer”. Para Certeau, os sujeitos ordinários do cotidiano, usando aquilo que lhes é imposto, saem do lugar que lhes é atribuído, inventando outras formas de fazer. Esse é movimento que se percebe nesta escola.

Uma dessas maneiras é a da gestão democrática, com a participação da comunidade escolar (professores, alunos, pais, direção, equipe pedagógica e demais funcionários), considerados sujeitos ativos, assim como reconhecimento e valorização da instância colegiada, Conselho Comunidade Escola – CEC, que é formada por representantes das professoras, dos funcionários e da comunidade local e que têm por finalidade decidir coletivamente as propostas de caráter educacional e administrativo.

Esse exercício democrático cotidiano, entendido como resistência política, ocorre de forma multifacetada e se estende nas relações de solidariedade, na valorização da autoria docente e na horizontalidade das relações profissionais e pessoais, bem como na prática pedagógica das professoras que trabalham na perspectiva do currículo como criação cotidiana, a partir dos estudos da pesquisadora e professora da UERJ, Inês Barbosa de Oliveira, compreendo a produção docente como arte e artesanaria.

A relação que esses *praticantes* estabelecem com os conhecimentos tem a influência nas pesquisas de Nilda Alves, que compreende que não há separação entre a escola e o mundo, compreendendo que os saberes são tecidos “*dentrofora*” das escolas (ALVES, 2010), unindo as palavras, para ampliar sua compreensão e mostrar a indissociabilidade dessas noções. Assim, esses docentes trabalham com o entendimento de que os muros das escolas são meras criações imaginárias, precisando complexificar as tantas redes de conhecimentos e significações existentes na vida.

Porém, os movimentos ficam cada vez mais difíceis. O campo da educação, além de sofrer com cortes nos investimentos e nas pesquisas, nas formações continuadas de professores, também está sendo atingido por leis, normatizações e portarias de forte controle curricular, de caráter unificador, para atendimento de interesses mercadológicos seguindo tendências internacionais de

uniformização/centralização dos currículos, testagens em larga escala e responsabilização de professores e gestores.

Um dessas ações é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento de caráter normativo que define o conjunto progressivo de aprendizagens que todos os alunos devem aprender ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, com a indicação explícita dos conhecimentos. Trata-se de uma seleção de conteúdos arbitrária, produzida em meio a relações de poder, onde se exclui outros conhecimentos.

E a partir disso, essa pequena escola vem enfrentando dificuldades descomuns. Como os estudantes, sujeitos das aprendizagens, estarão contemplados em relação aos direitos de aprendizagem de conteúdos prescritos quando estes estiverem descolados de seu universo social? Como ficarão as relações com os responsáveis e a comunidade do entorno, também sujeitos dessa escola, em suas aspirações, desejos e entendimentos sobre para que e para quem destina-se o conhecimento mediado e produzido na escola? Como se dará a interação social e negociação de sentidos que envolvem os usos dos conhecimentos produzidos pela/na escola, diante das regulamentações e controle externo? Surgem mais dúvidas: com a impossibilidade de uma flexibilidade curricular, como serão atendidos os estudantes que possuem ritmos, histórias de vida, situações econômico-sociais e necessidades diferentes? Como desconsiderar os diferentes contextos escolares, as particularidades e individualidades dos estudantes?

Sem respostas que serão construídas cotidianamente, no exercício democrático, me refugio na literatura. Ítalo Calvino, no trecho final da *"Cidade Delgada"*, do livro *"Cidades Invisíveis"*, que expressa a inquietação que move esse artigo, e que tomarei a liberdade de parodiar: já não basta saber se naquela escola somos ou não felizes, mas o quanto resistiremos em manter a esperança e

os desejos de quem nela habita ou se sucumbiremos aos desejos vorazes do mercado.

Dito isto, é inútil determinar se Zenóbia deva ser classificada entre as cidades felizes ou infelizes. Não faz sentido dividir as cidades nessas duas categorias, mas em outras duas: aquelas que continuam ao longo dos anos e das mutações a dar forma aos desejos e aquelas em que os desejos conseguem cancelar a cidade ou são por esta cancelada. (**CALVINO**, Ítalo. **As Cidades invisíveis**)

Sobre o(a) autor(a):

Referências